

Uma reflexão contemporânea sobre o conceito de ócio pela perspectiva dos Estudos Culturais

A contemporary reflection on the concept of leisure experience from the perspective of Cultural Studies

Tatiana Vargas¹
tatianavargas.mail@gmail.com

Anabela Carvalho²
carvalho@ics.uminho.pt

José Clerton Martins³
jclertonmartins@gmail.com

Resumo

Este artigo propõe uma discussão sobre o conceito de ócio no contexto das sociedades contemporâneas, marcadas pelo consumismo e pela aceleração da vida cotidiana. Apresentamos as principais linhas de pesquisa ibero-americana e anglo-saxônica e propomos uma reflexão inspirada em princípios teóricos e epistemológicos dos Estudos Culturais. A partir de uma análise teórica, apresentamos uma discussão sobre o ócio por meio da dimensão ambiental. As contribuições deste estudo incluem a problematização do conceito de ócio à luz de modos de vida ambientalmente sustentáveis, com mais significados para os sujeitos, e do desenvolvimento do senso de comunidade. O artigo contribui também para compreender como experiência e subjetivação são temas centrais para os estudos do ócio.

Palavras - chave: Ócio, ambiente, subjetividade, experiência, Estudos Culturais;

Abstract

This article offers a discussion of the concept of leisure experience in the context of contemporary societies, which are shaped by consumerism and the acceleration of everyday life. We present the Ibero-American and Anglo-Saxon lines of research on this concept and propose a reflection based on theoretical and epistemological principles from Cultural Studies. Base on theoretical analysis, we present a discussion about leisure experience through its environmental dimension. The contributions of this study include the problematisation of the concept of leisure experience in the light of environmentally sustainable lifestyles, with more meaning for the subjects, and the development of the sense of community. The article also contributes to an understanding of how experience and subjectivation are central themes in leisure studies.

Keywords: Leisure experience, environment, subjectivity, Cultural Studies

1 Grupo de Estudos Em Comunicação, Ciência e Ambiente - GICCA do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Portugal.
2 Professora Associada no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, Portugal.
3 Professor Titular do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza, UNIFOR, Brasil.

Introdução

Refletir sobre o protagonismo excessivo do trabalho e consumo e a configuração de modos de vida acelerados parece fundamental no contexto de sociedades ocidentais com inúmeros problemas de saúde mental (BYUNG-CHU, 2015). Este cenário contemporâneo, bem como o bem-estar das sociedades, precisam ser também discutidos à luz do atual contexto de emergência climática. Na visão de Gorz (2011), para obtermos um equilíbrio ambiental, seria necessário diminuir uma série de consumos desnecessários que estão na origem da falta de tempo, poluição, desperdício e frustrações relacionadas ao ter e ao ser. Neste sentido, as experiências de ócio podem ser fundamentais para que se criem condições e tempo para a reflexão, consciência e ação sobre as problemáticas ambientais e sobre novos modos de vida.

O objetivo central deste artigo é contribuir com a reflexão teórica sobre o conceito de ócio através de uma discussão contemporânea a partir da perspectiva dos Estudos Culturais. Consideramos que esta é uma discussão necessária, já que o ócio é muitas vezes entendido como sinônimo de ociosidade ou lazer. Neste artigo, falamos do ócio que tem lugar num contexto reflexivo, um trabalho meditativo em que se podem ouvir desejos e, ao mesmo tempo, construir soluções para os problemas e desafios contemporâneos (NOVAES, 2012). Para fins da revisão de literatura a que nos propomos, apresentamos as abordagens conceituais do ócio, em português, inglês e espanhol, através das perspectivas dos *leisures studies*, de origem anglo-saxônica, e dos estudos de ócio ou *estudios de ocio*, de origem ibero-americana.

De forma complementar, propomos pensar o ócio como prática de resistência aos discursos hegemônicos (BAPTISTA, 2016; BAPTISTA; LATIF, 2017) e às influências das estruturas sociais que sugerem modos de vida impulsionados pelo trabalho, consumo e por uma noção de tempo que dificulta o exercício de práticas ambientalmente sustentáveis (VARGAS, 2018). Para tanto, a noção sobre ambiente que se pretende trazer aqui está ligada: à consciência das consequências que os modos de produção capitalista trazem para o meio físico e cultural em que vivemos (GORZ, 2011); a uma cultura de responsabilidade sustentável (NAÇÕES UNIDAS, 2021); e à interface do conceito de ambiente com os contextos social, cultural, econômico e político (FREITAS, 2008).

Na secção 1, fazemos um breve enquadramento teórico sobre a construção sociocultural do conceito de ócio. Nas secções 2 e 3, apresentamos as principais linhas de pesquisa do ócio nos âmbitos anglo-saxão e ibero-americano. Já na secção 4, empreendemos uma discussão teórica sobre o ócio situada no quadro das culturas contemporâneas e sob a perspectiva dos Estudos Culturais. As conexões entre ócio e ambiente serão abordadas nesta discussão por meio de dois pontos: 1) o processo de subjetivação e 2) a reflexão e ação do sujeito social em relação ao entorno ambiental em que vive. Por fim, na secção 5, retomamos os contributos desta revisão teórica e destacamos os pontos principais da relação entre ócio e ambiente.

Ociosidade e ócio

"Para o preguiçoso, "é preciso ser distraído para viver" (Paul Valéry), afastar-se do mundo sem se perder dele, sendo exatamente

por isso, acusado de em nada contribuir para o progresso" (NOVAES, 2012: p.11). A palavra preguiça possui uma relação íntima com a ociosidade e com o que veio a ser o nosso entendimento sobre os sentidos relativos ao ócio. O filósofo Francis Wolff, no seu texto "Apologia grega à preguiça" explica que se pensarmos na origem da civilização ocidental, nomeadamente a Atenas clássica do século V antes de Cristo, iremos perceber que os gregos ignoravam a condenação da preguiça e a apologia ao trabalho. Para os gregos, as atividades produtivas - as consideradas socialmente úteis - não são moralmente valorizadas. Wolff (2012) refere ainda sobre a perspectiva de Nietzsche de que "o trabalho usa a força nervosa em proporções extraordinárias e a subtrai à reflexão, à meditação, aos sonhos, aos desejos, ao amor e ao ódio; coloca sempre diante dos olhos um objetivo mesquinho e assegura satisfações fáceis e regulares" (NIETZSCHE citado por WOLFF, 2012: p.43). É possível ainda justificar o desprezo dos filósofos gregos em relação às atividades laborais justamente porque eles se beneficiavam da atividade escravocrata (WOLFF, 2012). Neste sentido, o pensamento filosófico clássico mantinha a ideia de oposição entre corpo e espírito porque entendia que quem é obrigado a trabalhar sofre de sujeições relacionadas: às necessidades da vida em comum, às exigências econômicas da cidade e às suas necessidades próprias e familiares. Por fim, Wolff (2012) menciona que o trabalho era visto como empecilho à liberdade de espírito considerada necessária à virtude política.

Pelo menos desde o início do processo de revolução industrial, no século XVIII, a

supervalorização do trabalho na vida social revela-se decisiva para o que se consideram opções de lazer e para a visão sobre o tempo dedicado à fruição do pensamento e ao ócio. É possível notar que a ociosidade adquiriu um sentido pejorativo na língua portuguesa, remetendo, por exemplo, aos termos preguiça, indolência, inatividade e às expressões "qualidade relativa a quem não quer trabalhar" ou "que não possui interesse no trabalho"⁴. Se formos traduzir para Inglês e Espanhol os significados relativos a ócio e ociosidade, também chegaremos a esses mesmos sentidos pejorativos. As traduções correspondentes em inglês são *idle* e *idleness* (ócio e ociosidade). Em espanhol, *ociosidad* difere de *ocio*, já que a primeira se refere ao sentido de ociosidade em português, e a segunda tem o mesmo sentido de lazer. De acordo com Cabeza (2000), a ociosidade tem origem no latim *otium* e foi introduzida na língua espanhola no século XV, através de um sentido negativo ligado à preguiça e ao ato de não se querer trabalhar. A ideia de ociosidade na contemporaneidade foi definida como um dos pecados capitais em função deste teor de oposição ao trabalho. Para o filósofo brasileiro Oswaldo Giacoia Júnior, a sociedade, no geral, possui uma maneira moderna de sentir e de pensar herdada da cultura judaico-cristã em que a ociosidade é sinônimo de preguiça, inércia, lassidão, indolência, negligência e, portanto, representa um conjunto de vícios (JÚNIOR, 2012). Em oposição, o trabalho é considerado virtude e potência ética e econômica que mantém o desenvolvimento de uma sociedade. Nesta dualidade, reside a elaboração de uma intolerância social perante a desconstrução

4 Os termos associados à ociosidade e ócio foram consultados nos dicionários *online* de língua portuguesa Aurélio, Michaellis, Houaiss e Priberam; nos dicionários de língua inglesa-portuguesa Cambridge e Oxford; e dicionários de língua espanhola-portuguesa Word Reference.

significativa em torno da ociosidade (CABEZA, 2000). Sendo assim, o termo ociosidade carrega sentidos enraizados que dificultam a proposição de novas elaborações de sentidos sobre o ócio em contextos diversificados da vida social.

Amigo (2008) chama a atenção para o fato de que o valor social do ócio foi construído no período denominado por Zigmunt Bauman como modernidade sólida, correspondente ao tempo de recuperação do trabalhador após as suas atividades laborais. Com a crise do discurso de progresso, que colocava o trabalho e o desenvolvimento industrial como centrais na sociedade, inicia-se o período da modernidade líquida. Ou seja, a sociedade passa a ter um caráter provisório e de desregulação das estruturas sociais. Na linha de Bauman (2007), ao contrário da fase sólida, as experiências humanas não têm uma qualificação privada, de vivência de gozo, liberdade e desinteresse pelas finalidades. Na liquidez das sociedades, o consumo é o principal meio de orientação social e o ócio converte-se em uma condição associada à experiência, com potencial para ser vivido por meio de diferentes condições e contextos (AMIGO, 2008). Após a ideia de oposição entre trabalho e ócio ser construída culturalmente ao longo do tempo, aproximadamente no final do século XX, o sociólogo italiano Domenico De Masi, impulsionado pelos pensadores norte-americanos Daniel Bell e Alvin Toffler, traz ao debate o conceito de ócio criativo. Este seria uma tentativa de aproximar a atividade laboral ao jogo e à aprendizagem (DE MASI, 2000). O autor diz contrapor o sistema de trabalho excessivo e a competitividade e apoiar um modelo de produção eficiente que venha a distribuir igualmente a riqueza, o trabalho, o saber e o poder. Da forma como o descreve, o ócio criativo estaria contextualizado em uma

sociedade que precisa perder menos tempo com deslocamentos e em atividades possíveis de serem feitas pelas máquinas. O ócio criativo seria uma fusão das dimensões da vida em que o trabalho teria um lugar misto de atividades, sensações e afetos. Nesta perspectiva, o ócio pode ter uma lógica de instrumentalização em função das transformações culturais, tais como: trabalho remoto ou híbrido, inserção crescente das novas tecnologias na organização da vida social e nas formas de relações interpessoais. Apesar da conciliação entre trabalho, aprendizagem e jogo pressupor um sentido de bem-estar ao sujeito, nesta visão de De Masi (2000), o ímpeto capitalista da produtividade a tempo integral parecer ser ainda mais estimulado. Estaria o ócio sendo transformado em negócio? E estaria o ócio criativo a compactuar com aquilo que Byung Chu (2015) chamou de auto-exploração com vistas a uma suposta realização?

Em contraposição, de acordo com Novaes (2012), quando pensamos no ócio numa perspectiva gratificante para as pessoas, referimo-nos à ideia de que o ocioso vive num tempo adequado ao pensamento e preenche o vazio existencial deixado por uma vida acelerada e mecânica. Segundo o autor, as experiências e conhecimentos produzidos a partir do ócio não se opõem ao trabalho e ao progresso. Nota-se que, dentro do ciclo trabalho, produtividade, lucro e consumo, o trabalhador e o empregador pouco refletem sobre as consequências das ações que desenvolvem. Há um enorme excedente relativo à produção de catástrofes através do trabalho, como a poluição do ambiente e os desastres ecológicos, que são reveladores de um descontrole do sistema de produção e de um desencontro do trabalhador consigo mesmo e com aquilo que

faz sentido para sua vida (NOVAES, 2012). Falar de ócio é também admitir a possibilidade de viver uma experiência que envolve um tempo voltado ao pensamento e à contemplação, da natureza e da arte, por exemplo, e também a um tempo voltado à livre expressão da criação (ROUANET, 2012). A pessoa que vive o ócio é alguém que se propõe a construir seu tempo e a descobrir, criar ou recriar um mundo interior produtivo de pensamento e consciência (ROUANET, 2012). É neste contexto reflexivo e de trabalho meditativo que se podem ouvir desejos e construir soluções para os desafios contemporâneos (NOVAES, 2012).

Leisure Studies

No âmbito anglófono de abrangência dos *leisure studies* (em português correspondem aos estudos sobre lazer, ócio e tempo livre), as abordagens incluem o lazer⁵, numa lógica de produto para consumo, e vertentes relacionadas à imaginação, aprendizagem e à sensação de liberdade e autotelismo, que são aspectos mais próximos ao conceito de ócio, da forma como o percebemos em português. Em língua inglesa, todo o desenvolvimento conceitual do lazer e do ócio passa pelos níveis de intensidade de sentido do verbo *to play*⁶. Chris Rojek (1995) explica-nos que os sentidos de *to play* incluem necessariamente as ideias de jogo, de imaginação, de liberdade e das atitudes desinteressadas face a determinada atividade. Baptista (2016) também nos ajuda a compreender que:

contrariamente ao defendido pelas teorias racionalistas, a cultura provem da atividade do *play*, conceito que traduzido para o português como 'jogo' restringe muitíssimo o seu alcance. Com efeito, *play* em inglês tanto pode ser utilizado para o jogo, como para representar uma peça teatral ou ainda tocar um

instrumento. Compreende-se assim, que no contexto anglo-saxónico o termo *to play* possa recobrir as atividades do *homo ludens*, quer dizer de todo o lazer e mesmo da cultura, vista como uma dimensão do lúdico. (BAPTISTA, 2016, p. 5)

O sentido de *to play* pode ser percebido pela relação entre *homo ludens* e *homo faber* preconizada por Johan Huizanga na sua obra que teve o papel primordial de desenvolver a ideia do jogo como central para a cultura. Depois da espécie humana ter recebido a designação de *homo sapiens* pela sua função racional, com o passar do tempo, compreendeu-se que afinal o nível de racionalidade não era o que mais caracterizava os humanos. Pensou-se em mudar a denominação para *homo faber*, mas também não se verificava a função de fabricar objetos como exclusiva dos seres humanos (HUIZANGA, 2000). Huizanga argumenta que a função mais adequada à ação dos humanos, e que ainda poderia abranger os animais, seria a capacidade de jogar. Portanto, *homo ludens* era a denominação que colocava a dimensão lúdica na centralidade das práticas culturais, podendo assim resumir muito dos modos de ser, sentir e agir dos humanos. Sobre o que significa jogo, o autor acrescenta:

numa tentativa de resumir as características formais do jogo, poderíamos considerá-lo uma atividade livre, conscientemente tomada como "não-séria" e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total. É uma atividade desligada de todo e qualquer interesse material, com a qual não se pode obter qualquer lucro, praticada dentro de limites espaciais e temporais próprios, segundo uma certa ordem e certas regras. Promove a formação de grupos sociais com tendência a rodearem-se de segredo e a sublinharem sua diferença em relação ao resto do mundo por meio de disfarces ou outros meios semelhantes (HUIZANGA, 2000, p. 24)

Através destas atividades desinteressadas, de experiências lúdicas e imaginativas, é possível vislumbrar algum contexto favorável

⁵ Sobre a definição de lazer, Amigo (2008) refere que a Associação Mundial de Lazer e Recreação – WLRA apresenta uma definição ampla ao defini-lo como uma área de estudo específica das experiências humanas que são capazes de gerar benefícios como liberdade de escolha, satisfação, criatividade, desfrute, prazer e sensação de felicidade.

⁶ Seguindo o que consta nos dicionários Michaelis e Cambridge, *to play* pode ser traduzido para o português como: brincar, jogar, interpretar, agir, movimentar-se, representar, desempenhar, entre outros empregos semânticos.

ao pensamento, desfrute e fruição. Por não haver uma definição geral para o conceito de ócio, dada a sua transformação de sentidos e diversidade contextual ao longo do tempo, alguns estudos preocupam-se em delimitar a abrangência conceitual entre lazer e ócio.

Joseba Doistua, da Universidade de Deusto/Espanha, refere que a evolução dos *leisure studies* contempla três possibilidades: lazer como problema, como direito e como produto. O lazer como problema foi predominantemente estudado, no final do século XIX e início do século XX, através de pesquisas sobre as implicações do capitalismo na reorganização do tempo social e no processo de urbanização e proletarização. As questões sociais eram vistas como prioritárias e emergentes na sociedade. O lazer, o ócio, o tempo livre e as atividades de entretenimento na vida cotidiana constituíam objetos de análise e reflexão para o desenvolvimento de indicadores sobre os níveis de moralidade, cultura e integração social (Doistua, 2006). O lazer como direito enquadra-se nos estudos que iniciam a partir do final da II Guerra Mundial até à divisão do mundo nos blocos capitalista e socialista. No contexto do pós-Guerra e de progresso econômico, o lazer é potenciado como crescimento exponencial da oferta de serviços, programas e infraestruturas. Fala-se em bem-estar coletivo como um direito maior a ser promovido pelo Estado. As necessidades individuais e os fatores de desenvolvimento pessoal também são considerados nesta vertente, o que inclui a observação das consequências do trabalho e do tempo livre para o sujeito. Há também dissidências sobre os temas da economia do tempo e da produtividade, da visão do lazer como mera mercadoria alienante de consumo e, por último,

do lazer como questão de conhecimento profundo sobre fenômenos psicossociais (DOISTUA, 2006). A última vertente dos *leisure studies* começa no início dos anos 1970, no contexto da crise econômica mundial ocidental (DOISTUA, 2006). Aqui, o lazer converte-se num setor econômico de primeira ordem como o turismo, a produção audiovisual e as demais indústrias criativas, esportes e os hábitos transformados em padrões de comportamento e consumo. No geral, os estudos abordam as problemáticas decorrentes da relação entre lazer e trabalho, desenvolvendo-as sob o ponto de vista da Filosofia, da Sociologia e da Psicologia. Outras usam abordagens interdisciplinares através de áreas como a política, a educação, a gestão e a economia. Em resumo, estas linhas de investigação referem-se a diferentes níveis dos estudos do lazer, abrindo espaço para os estudos de ócio apenas em instâncias com elevados níveis de intensidade do *to play* referidos por Rojek (1995). Nestas instâncias, Rojek (1995) define quatro características da atividade lúdica ou *to play* do *homo ludens*: i) a sensação de liberdade, ii) a imaginação (que permite desenvolver o sentido da diferença do outro e da identidade), iii) o desinteresse (no sentido em que a atividade tem fim nela mesma) e iv) a tensão (que remete para a experiência de emoções).

Os estudos da *psychology of leisure* começam a dar indícios dessas elaborações do *to play* quando abordam as experiências a partir das atividades de lazer ou de experiências relacionadas ao ócio no sentido em que abordamos em português. Estes estudos são bastante representativos, no âmbito americano e europeu, e abordam tanto as consequências do lazer para o sujeito, como desenvolvem uma abordagem interessada no fenômeno

do ócio, enquanto fator de desenvolvimento humano e promotor de experiências para o sujeito social. A pesquisadora brasileira Ieda Rhoden considera as bases teóricas tanto da *psychology of leisure* (utilizada por ela com a tradução: psicologia do ócio), quanto dos *estudios de ocio* na perspectiva humanista desenvolvida pelo *Instituto de Estudios de Ocio* da Universidade de Deusto. Rhoden (2009) destaca principalmente três aspectos teóricos: i) as causas referentes à realização de determinada atividade de ócio; ii) a percepção dos atributos da experiência vivida após a realização da atividade (ideias, sentimentos e sensações percebidos durante a experiência); e também iii) os benefícios associados a esta mesma experiência. No entanto, a autora pontua que, na medida em que cresce o protagonismo do sujeito na construção de suas experiências, a diferenciação destes três aspectos perde o efeito.

Para John Neulinger, autor referência em *psychology of leisure*, entende *leisure experience* (que pode ser traduzido para português como ócio) como um estado mental subjetivo, desenvolvido a partir da realização de atividades que possuem fim em si mesmas, e que são capazes de proporcionar sensações associadas à liberdade e ao encontro do sujeito consigo mesmo. Sobre este estado mental, Neulinger considera haver duas características condicionantes: liberdade percebida e motivação para a atividade realizada. A sensação de liberdade é percebida pela eleição livre da atividade e sua intensidade é variável e pessoal. A motivação representa a fonte de satisfação do sujeito que pode ser tanto intrínseca (satisfação derivada da simples participação na atividade, caráter autotélico) quanto extrínseca (satisfação ligada a uma

recompensa externa à atividade, caráter exotélico) (NEULINGER, 1981). Seppo Iso-Ahola e Mihalyi Csikszentmihalyi também pensam o ócio como experiência. Iso-Ahola (1980) diz que o ócio é produto das livres escolhas e dos fatores contextuais que compõem a singularidade de cada personalidade humana. Entretanto, isso não significa que não haja uma direção que caracterize o ócio. O autor refere especialmente duas características essenciais que também foram citadas por Neulinger: liberdade percebida e motivação intrínseca. Csikszentmihalyi é um dos mais reconhecidos investigadores, da área da *positive psychology*, a estudar o que ele tem chamado de *optimal experiences*, dentro das quais destaca as *leisure experiences* (experiências de ócio) e o *flow* (estado de fluxo). A argumentação do autor inicia-se com o não estabelecimento de diferença entre tempo de ócio e tempo de trabalho, já que a sensação de desfrute pode ocorrer em qualquer atividade e contexto da vida (CSIKSZENTMIHALYI, 1997). Uma outra questão levantada por ele é a de que o ócio pode produzir experiências positivas, tanto quanto experiências com implicações sociais negativas. Nesta linha, a experiência de ócio pode também ter origem em atividades de entretenimento e até criminosas, como podem ser os casos de praticar o vandalismo e utilizar substâncias químicas e psicoativas ilegais. Ou seja, não se pode restringir a possibilidade de as pessoas se sentirem motivadas e livres em relação a determinado tipo de atividade. Contudo, o foco do conceito de ócio centra-se nas experiências derivadas de atividades consideradas positivas, que possibilitam a autorrealização e o desenvolvimento humano através de experiências culturalmente aceitas (CSIKSZENTMIHALYI, 1997). O ócio pressupõe o

desejo em alcançar uma sensação de realização ou o aumento da autoestima, o que não configura um prazer passivo, mas antes um desfrute ativo e elaborado. Apesar de o autor não enfatizar o sentido autotélico em relação às experiências de ócio, menciona-o dentro de um conjunto de experiências fluidas que se caracterizam pelas sensações de motivação intrínseca e perda da noção do tempo, por exemplo. Assim, percebemos que a existência de finalidades e objetivos iniciais, diante de alguma atividade, não impede o viver de experiências autotélicas ou fluidas no contexto da experiência de ócio. Sobre a diferença entre as experiências ótimas e as experiência de ócio, percebemos que, no caso do estado de fluxo, pode haver uma visão estratégica da experiência voltada ao esforço para atingir um melhor desempenho sobre determinadas atividades. Esta visão estratégica não se verifica na experiência de ócio, já que independente de estar situada na vertente anglo-saxônica ou ibero-americana, possui um caráter mais reflexivo, livre e formativo, indo em direção ao desenvolvimento individual e social.

Estudios de Ocio

A vertente ibero-americana dos estudos de ócio opta por uma distinção mais acentuada entre lazer e ócio. Debruça-se principalmente sobre o ócio enquanto direito humano e pela perspectiva das experiências dos sujeitos na esfera pessoal e comunitária. Através da Associação Ibero-Americana dos Estudos de Ócio – Rede Otium, um organismo composto por instituições de educação dedicadas ao desenvolvimento de ações de investigação, inovação, formação e difusão dos estudos de lazer e ócio, percebe-se

também o desenvolvimento de estudos em temáticas afins como tempo livre, cultura, turismo, esporte e recreação. A Rede Otium considera o ócio como uma experiência humana integral, direito humano fundamental e fator de desenvolvimento pessoal, social e comunitário. Na vertente ibero-americana, vemos a predominância das linhas de pesquisa voltadas ao lazer, contudo, há também estudos mais específicos sobre ócio orientados principalmente pela Psicologia, Sociologia e Estudos Culturais, com alguma predominância de análises teórico-empíricas em contextos culturais. Pela Rede Otium, representantes de Portugal, Espanha e Brasil, nomeadamente a Universidade de Aveiro/PT, a Universidade de Deusto/ES e a Universidade de Fortaleza/BR são responsáveis pelos estudos mais específicos em ócio pela perspectiva das experiências dos sujeitos.

Representando as investigações voltadas para o lazer e temas afins, o centro de investigação da Universidade do Chile preocupa-se com temas orientados ao lazer, turismo, desenvolvimento local e interculturalidade, realizando abordagens que valorizam as dimensões culturais, sociais, econômicas, ambientais e territoriais. Tanto a Universidade Católica do Uruguai quanto a Universidade Pedagógica Nacional da Colômbia possuem linhas de investigação sobre turismo e recreação, com especificações em educação para o desenvolvimento humano e a interculturalidade. No Brasil, tanto a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, quanto a Universidade Federal de Minas Gerais focam-se nos estudos do lazer. A primeira procura avaliar as políticas públicas e ações em lazer, ócio e desenvolvimento humano. A segunda trabalha com três áreas de concentração: formação,

atuação e políticas do lazer; lazer e sociedade; lazer, história e memória.

Nas linhas de pesquisa orientadas para os estudos sobre o ócio, Portugal destaca-se pelo viés dos Estudos Culturais, situando-se na articulação entre experiências pessoais e comunitárias de ócio e no ponto de vista crítico do sujeito e suas experiências. Os Estudos Culturais, e sua forte característica de produção teórica, atuam principalmente nas tensões existentes entre os contextos culturais, sociais, políticos e econômicos. Nesta linha, a Rede Internacional em Estudos Culturais, que atualmente se articula com a Rede Nacional em Estudos Culturais, em Portugal, desde 2013, tem-se dedicado a visitar obras e autores sobre a relação trabalho, lazer, tempo e ócio, tendo apresentado contribuições para a construção de uma visão política, social cultural e filosófica do conceito de ócio. Maria Manuel Baptista – uma das pesquisadoras precursoras deste tema em Portugal, docente da Universidade de Aveiro, diz que esta é uma dimensão dos estudos do lazer e do ócio não contemplada pelos estudos ibero-americanos e anglo-saxônicos (BAPTISTA, 2016). Baptista e Latif (2017) propõem um modo de pensar o ócio a partir da tradição filosófica nietzscheana, considerando as relações entre trabalho, tempo livre ou tempo de ócio de um modo que desarticula totalmente a representação moderna de trabalho fundada na racionalidade forte do sistema hegeliano. Com Hegel (1941/1992), entendemos que a ideia de racionalidade é centrada no trabalho como a única possibilidade de subjetivação e desenvolvimento humano, o que se pode perceber pela dialética senhor/escravo. Um aspecto relevante na contribuição de Baptista e Latif (2017) é a clarificação sobre o confronto de ideias entre Hegel e Nietzsche a propósito

da questão política envolvida entre trabalho, lazer e tempo. Se por um lado, no contexto moderno, o trabalho é central para Hegel, num contexto pós-moderno, Nietzsche reflete sobre outras possibilidades de subjetivação, o que na dialética senhor/escravo de Hegel é representado pelo ócio vivido pelo senhor (BAPTISTA; LATIF, 2017). Atualmente em Portugal, o projeto "Indústrias de cultura e cultura de massas", na linha de pesquisa sobre políticas culturais, indústrias culturais e ócio, do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da UA, destina-se a estudar a relação entre cultura e instituições de poder e de patrocínio no contexto das indústrias culturais. Neste escopo, estão principalmente as indústrias de férias, de cinema, televisão e meios de comunicação, indústrias de videojogos, atividades esportivas e de bem-estar. Este seria um enfoque a partir dos *leisure studies* que, ao refletir sobre as consequências do consumo cultural e das relações de poder institucionais, potencializa a discussão sobre as experiências e as subjetividades dos modos de vida, uma questão central para a linha dos *estudios de ocio*.

Inchaurraga (2012), da Universidade de Deusto, constata que repensar a conceitualização de ócio e lazer, na pós-modernidade, pressupõe não restringi-los aos contextos e desdobramentos do sistema econômico predominante. O que poderia distinguir os diferentes tipos de ócio são os estilos de vida das sociedades e seus respectivos projetos políticos estimulados pelo desejo de emancipação, tanto em momentos de crise quanto nos demais contextos. Inchaurraga (2012) propõe a distinção entre ócio forte e ócio débil de forma comparativa à classificação de racionalidade forte e racionalidade débil trazida pela hermenêutica de Gianni Vattimo. Então,

o ócio forte está relacionado ao trabalho e ao consumo, associado a um tipo de ócio violento, ou seja, que não respeita a individualidade, a subjetividade e o desejo/direito de liberdade dos sujeitos. Pelo contrário, o ócio débil está ligado a um modo de subversão, ao debilitamento dos valores modernos, tais como verdade, indivíduo e trabalho, dando lugar a escolha por viver um estado de paz e contemplação criadora (INCHAURRAGA, 2012). A argumentação da autora passa pela proposta de Vattimo de entendimento da crise econômica como uma oportunidade de exercer essa emancipação. No entanto, a autora destaca que pensar no ócio débil é admitir uma nova concepção de ócio que não se limita ao contexto de crise econômica ou de qualquer outro tipo, mas que valoriza o critério de não-violência. Para efeitos sociais, ócio forte e ócio débil podem existir e conviver, sendo que, apesar do ócio forte sobressair nas sociedades atuais, o ócio débil sugere a possibilidade de contribuir com uma visão filosófica-sociológica do conceito de ócio (INCHAURRAGA, 2012).

Pela perspectiva do ócio humanista fundada pelo espanhol Manuel Cuenca Cabeza, o ócio é estudado como direito e fator de desenvolvimento humano. Através de Cabeza (2000, 2006), fica claro o argumento sobre a necessidade de haver um processo de educação para o ócio que inclui o cultivo de valores, habilidades e aprendizagens. Sobre esse processo, Gómez (2011) refere que se caracteriza por ser dinâmico, permanente, personalizado e adaptado ao entorno e contextos nos quais as pessoas se desenvolvem individual e socialmente. Desse modo, as interações e experiências no entorno contribuem para a construção do sujeito e para o seu processo de educação para o ócio. Este processo

envolveria, por exemplo, habilidades cognitivas, psicomotoras, afetivas e comunicacionais e ainda valores ou princípios como liberdade, autonomia, felicidade e criatividade (GÓMEZ, 2011). Esta concepção tem como base investigadores norte-americanos como Stumbo, Thompson, Mundy, Odum, Peterson, e espanhóis como Cuenca, Puig, Ovira, Mendia. Nota-se aqui uma intersecção entre os estudos de origem anglo-saxônica e ibero-americana no que se refere à educação para o ócio. Os conhecimentos, os valores e as habilidades envolvidas neste processo de educação podem ser pensados como uma oportunidade para a reflexão sobre nós mesmos e o entorno em que vivemos. Por consequência, isto colocaria em causa as atividades excessivamente ligadas ao consumo e comprometedoras da sustentabilidade ambiental. Sobre a experiência de ócio, Cabeza afirma:

Falo da experiência de ócio gratificante e não utilitária, partindo de qualquer das suas dimensões: lúdica, criativa, festiva, ambiental-ecológica e solidária. Um ócio maduro que se caracteriza por ser próprio de cada idade, pensado e desejado, participativo, social e culturalmente amplo. Um ócio humanizante para todos e, claro, para qualquer pessoa com deficiência. Estou interessado no ócio enquanto experiência enriquecedora, gratuita e solidária. Experiência necessária da natureza humana que nos permite restabelecer o equilíbrio físico e psíquico e nos abre as portas da criatividade, da imaginação, da utopia, da contemplação e do altruísmo. Falo aqui de um ócio humanista em que o desenvolvimento humano está acima da fruição, do dinheiro, do prazer e da diversão. Um ócio que realize a pessoa, capaz de integrar as suas vivências num todo unitário, com outras experiências de vida importantes (CABEZA, 1999, pp. 19-20).

No Brasil, investigadores do Laboratório Otium de Estudos sobre Ócio, Trabalho e Tempo Livre da Universidade de Fortaleza, partilham de visão semelhante à perspectiva espanhola do ócio humanista. Através das pesquisas desenvolvidas no Laboratório Otium, percebemos que a experiência de ócio possibilita

a autodescoberta de talentos e habilidades que são pouco perceptíveis em um contexto cultural focado no hiperconsumo e num ritmo de vida acelerado (MARTINS; BRITO; SOUZA, 2010). Algumas destas pesquisas utilizam a perspectiva da Psicologia e propõem o estudo sobre as possíveis sensações e as consequências sentidas pelos sujeitos que vivem em contextos favoráveis às experiências de ócio (Ver por exemplo: MARTINS, 2018; MARTINS, MORAES, BARBOSA JUNIOR, COSTA e MELO, 2021). Segundo Cabeza (2014), a percepção sobre a experiência de ócio pode ou não ocorrer, mas é sobretudo no ócio considerado valioso que esta consciência se faz presente.

A partir desta revisão teórica, na próxima seção, complementamos a discussão contemporânea sobre o conceito de ócio ao colocar a dimensão ambiental como centro da reflexão. Para isto, os Estudos Culturais serão a nossa principal orientação teórica e epistemológica.

Uma discussão contemporânea sobre o conceito de ócio

A proposta defendida no trabalho de investigação⁷ que deu origem a este artigo é de que o ócio se constitui como prática de resistência e possibilidade de performance social e política em prol de iniciativas ou ações de cunho socioambiental. Com base num estudo empírico, a partir de um processo etnográfico na iniciativa comunitária Aveiro em Transição⁸, propôs-se a reflexão sobre a relação entre ócio e ambiente e a discussão sobre as tensões e contextos ligados às práticas

capitalistas, modos de vida atuais e às práticas ambientalmente sustentáveis.

Neste artigo, como a proposta é contribuir por meio de uma revisão de literatura, para além do recorte teórico sobre o conceito de ócio nas vertentes anglosaxônica e ibero-americana, apresentamos uma reflexão sobre a relação entre ócio e ambiente no contexto das culturas contemporâneas. Posto isto, a reflexão baseia-se em torno de duas ideias: 1) a experiência de ócio está intimamente ligada à capacidade do indivíduo de se subjetivar (Baptista, 2016), ou seja, tornar-se sujeito e mais consciente de si (TOURAINÉ, 2005) e, por consequência, do outro e do entorno ambiental; 2) a experiência de ócio pode evidenciar a relação do sujeito com o entorno ambiental por forma a despertar uma visão integradora ou holística. Esta ideia é apoiada pelos argumentos de que um sistema que se pretende manter sustentável, precisa de ócio (BAPTISTA, 2015) e de que uma experiência de ócio está intrinsecamente ligada ao contexto ambiental em que o sujeito vive (CABEZA, 2000).

A subjetividade como o cerne da experiência

Começamos por refletir sobre a definição de experiência, com foco no conhecimento apreendido a partir dela, e sobre o papel da subjetividade para a formação das identidades culturais. Estes pontos são fundamentais para pensarmos o processo de subjetivação. Pelo olhar da filosofia, Larossa (2002) define experiência como sendo algo que nos acontece e que se diferencia das coisas

7 Poderá ter acesso ao trabalho completo aqui: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/59730?mode=full>

8 O conceito específico de Transição surgiu na Irlanda, em 2005, através do ambientalista, permacultor e professor no Kinsale Further Education College, Rob Hopkins. O Movimento Internacional de Transição realiza uma abordagem emergente para promover a evolução da sustentabilidade comunitária, sendo que o conceito de transição está ligado ao período situado entre a falência do modelo socioeconómico e a passagem para um novo modelo voltado para a sustentabilidade ambiental, a solidariedade e para o desenvolvimento comunitário. Aveiro em Transição é uma iniciativa local que tem como base os princípios desse movimento. Poderá ver mais informações em www.transitionnetwork.org e <https://www.facebook.com/AveiroEmTransicao>.

que simplesmente acontecem no nosso cotidiano. Ou seja, a experiência revela-se pela repercussão de determinado acontecimento em nós e não pelo fato da ocorrência de determinado acontecimento ou atividade. O autor propõe pensarmos sobre a diferença entre experiência e informação e refere que, através da linguagem, podemos distinguir o saber que construímos através da experiência e o saber que adquirimos através das coisas, informações e acontecimentos. Assim, podemos obter informação através de várias situações, tais como viagens, conferências, pesquisa em livros, conteúdos digitais, sendo que essas informações não se convertem necessariamente em conhecimento ou nos acessam ao modo da experiência. O que poderá tornar a informação adquirida em experiência será a disponibilidade mental e o contexto oportuno para reflexões. Este contexto exige, segundo Larossa, a observação das repercussões causadas em nós a partir dos acontecimentos. Uma sociedade estimulada por um ritmo acelerado de vida e com foco excessivo na produtividade e consumo, dificulta o desenvolvimento de conexões de sentidos significativos para um tempo possível à experiência. Entendemos que a experiência não significa um acumular de informações, mas um processo maleável em que se cultiva um tempo de reflexão que potencializa a aprendizagem e o desenvolvimento humano. É importante termos em consideração as implicações da subjetividade para o sujeito e a formação de sua identidade cultural que, inerentemente, é afetada pelas transformações culturais oriundas da influência do sistema capitalista (DAHLGREN, 2013; HALL, 1997; MAHEIRIE, 2002). Com Amattuzzi (2006), percebemos que a subjetividade produz algo que vai além do conhecimento objetivo. No contexto da vida

cotidiana, estamos acostumados a designar conceitos para objetos concretos ou materiais. No entanto, o conhecimento a partir de uma experiência requer um nível de complexidade mais elevado, pois se trata da compreensão do significado que determinado sujeito atribui a uma experiência, ideia, sensação, palavra ou até mesmo a um objeto. Amattuzzi define esta percepção do significado atribuído como subjetividade. Portanto, a subjetividade é o abstrato do sujeito em relação a alguma coisa, seja ela material ou não. Pelas palavras de Amattuzzi (2006), podemos verificar que:

A subjetividade é o âmago mais profundo da experiência e não é possível apenas conhecê-la objetivamente. Tudo que eu consigo saber dela pelo caminho do conhecimento objetivo não é ainda a subjetividade. Para conhecê-la preciso sair da relação sujeito-objeto, preciso aceitar que, nesse caso, o pensamento, o sentimento e a decisão estão indissociavelmente ligados, preciso aceitar também que o caminho em direção a ela é um caminho de envolvimento pessoal. (AMATUZZI, 2006, p. 95)

A diferenciação entre experiência e vivência é uma maneira de comparar a intensidade de conhecimento construído em cada uma e de situar o papel da experiência no processo de subjetivação. Benjamin (1982/2005), na obra *Libro de los Passages*, demonstra as especificidades das vivências e experiências humanas à luz do contexto da cultura de massas e dos modos de produção e consumo do período pós-moderno. O autor distingue experiência e vivência pelo caráter sistemático e de continuidade. A experiência é vista como a possibilidade de trabalhar para si mesmo no sentido de adquirir saberes e desenvolver habilidades. Por isso é que podemos inferir que ela se insere em um sistema de desejo por desenvolvimento e trabalho em prol de si mesmo. Para Benjamin (1982/2005), o lazer, a partir desta lógica, pode ser promotor da experiência tanto quanto outras atividades.

Já a vivência, não se estabelece através de nenhum sistema ou conjunto de atividades, é descontínua e inclui um potencial imprevisível. A experiência, pelo contrário, sinaliza certa estabilidade no contexto das relações sociais.

Amigo (2012) refere que a vivência é um produto e a experiência é uma operação intelectual. Tanto uma quanto a outra são influenciadas por fontes diversas de aprendizagens e de formulação de sentidos por parte da consciência de quem as vive. Se a experiência vai ao encontro do desenvolvimento de conhecimento e habilidades, a vivência é tão descontínua e pontual que dificilmente consegue absorver significados que se estabilizem no tempo. O nível da apreensão de conhecimento produzido pela experiência, ao longo do tempo, torna-a mais completa e passível de expandir o conhecimento ao coletivo, configurando uma modalidade da subjetividade caracterizada pela partilha contínua de experiências e pelo desenvolvimento comunitário (AMIGO, 2012). Neste aspecto, a apropriação do sujeito contemporâneo sobre o seu próprio tempo é ainda muito desempessada, no sentido em que faltam traços subjetivos e das experiências dos sujeitos, posto que o tempo é visto como mercadoria pelo sistema capitalista (BAPTISTA, 2023). Isto reflete-se diretamente nas incidências de vivências ou experiências.

A ideia de subjetividade partilhada por este artigo refere-se à experiência individual do sujeito e à partilha de experiências, reflexões e aprendizagens em âmbito social. Relacionado a isto, Elliot (2007) traz o conceito de *self* como "a agência através da qual os indivíduos se experimentam em relação aos outros". Conforme Burkitt (2008), o conceito de *self* refere-se ao resultado de um processo de

construção da identidade elaborado através das relações sociais. O autor alerta-nos para o fato de que as relações de poder permeiam as interações sociais, as opções de consumo, o trabalho e outros aspectos da vida social. Portanto, para não reforçarmos uma tendência limitadora de influência das relações sociais já estabelecidas e do poder das estruturas exercido sobre elas, é possível que se criem espaços e oportunidades para estilos de vida alternativos e condizentes com aquilo que as pessoas acreditam e sentem (BURKITT, 2008). Dahlgren (2013) menciona a existência de um processo contínuo em que a interface das pessoas, as suas circunstâncias e as suas experiências dão forma ao senso de quem elas são, tanto para si quanto para os outros. O sujeito, nesse sentido, é uma construção analítica que compõe a camada mais fundamental do *self*, a unidade básica do processo de formação da identidade (DAHLGREN, 2013).

Apesar de esse processo ser contínuo e tão particular ao sujeito, o *self* pode ser tratado como um produto social no âmbito das culturas contemporâneas. Burkitt (2008) e Dahlgren (2013) referem que a tendência do mundo global e contemporâneo é a de tentar padronizar as práticas culturais e as características sociais. Há uma tendência de classificação das identidades em aspectos que qualificam os sujeitos em categorias tais como gênero, classe, etnia, sexualidade, trabalho e ocupação (VENN, 2006). Isto é, em aspectos que definem as identidades em função de categorias usualmente reconhecidas e reunidas em grupos marginalizados, hegemônicos ou em comunidades específicas. Venn (2006) refere que a ideia de subjetividade, ao contrário da identidade, evoca um conjunto de processos pelos quais o sujeito e o *self* são constituídos,

o que pode ser menos limitante. Deste modo, é compreensível que a identidade seja melhor percebida em diálogo com a subjetividade e com diversificadas práticas culturais. E que não seja analisada apenas ao nível de categorias, mas também à luz das experiências dos sujeitos e dos contextos. Esta reflexão sobre subjetividade, identidade e *self* é-nos útil para reconhecer os modos pelos quais os processos subjetivos compõem as nossas experiências, entre elas aquelas relativas à apreensão de conhecimento e autoconhecimento. Todos esses modos da expressão do sujeito causam repercussões em suas práticas culturais. É por esta via que entendemos que a consciência, autoconhecimento e visão integradora, potencialmente desenvolvidos pela experiência de ócio, podem constituir um caminho para a reflexividade diante da relação entre as pessoas e o entorno ambiental. A reflexividade, da forma como Dahlgren (2013) explica, não é apenas um caminho para a liberdade, é também, em alguns casos, um caminho bastante difícil de lidar. Quando as pessoas repensam as suas vidas cotidianas, observam o seu entorno imediato e percebem as características dos contextos em que vivem, podem ser desafiadas de maneiras diversificadas (DAHLGREN, 2013). Pode surgir, por exemplo, o desafio de conjugar a liberdade de escolha a um senso de comunidade calcado num pensamento sustentável. A liberdade é importante não somente pelo direito ao livre arbítrio e à democracia, mas também pela oportunidade de aprofundar conhecimentos e exercitar uma determinada pesquisa sobre si mesmo. Com isto, Dahlgren (2013) abre espaço para a discussão sobre a influência das relações de poder nas nossas reflexões e sentimentos produzidos pelas experiências de vida, quando

questiona: será que somos nós mesmos os principais condutores das nossas experiências? As nossas reflexões e sentimentos referentes às nossas experiências são, em grande parte, frutos das construções sociais? Giddens (1989) e Sewell Jr. (1992) afirmam que as estruturas podem moldar as práticas das pessoas, na mesma medida em que as práticas das pessoas podem moldar as estruturas. As estruturas configuram a formação de agentes humanos experientes e dotados de um conhecimento estruturado. Por isso, as estruturas não devem ser conceitualizadas como barreiras à agência humana, mas como possibilidades de habilitação e formação de conhecimento para o próprio exercício da agência (GIDDENS, 1989).

Um exemplo de como as práticas humanas podem influenciar as estruturas são as iniciativas comunitárias socioambientais. A iniciativa ambiental comunitária Aveiro em Transição, por exemplo, é um caso que apresenta a mobilização coletiva em prol do desenvolvimento de práticas sustentáveis como uma estratégia para o diálogo com instâncias políticas locais. Um dos seus núcleos de trabalho, dedicado a agir em prol da mobilidade urbana sustentável, deu origem a uma associação sem fins lucrativos - a Ciclaveiro⁹ - que atua não só para o engajamento comunitário, mas também para levar sugestões ao plano diretor de planejamento urbano da cidade de Aveiro a respeito das condições de deslocamento via bicicletas. Este grupo mantém diálogo com instituições e associações para que as ações comunitárias ganhem mais força e coesão. É o caso de projetos e parcerias que o grupo mantém com o comércio local e com a Universidade de Aveiro. O governo municipal representa uma estrutura que orienta as práticas das pessoas no

9 <https://ciclaveiro.pt>

âmbito do seu território. Contudo, a força do empoderamento coletivo, através de iniciativas comunitárias como esta, influencia também o desenvolvimento de políticas públicas e da participação política. Podemos pensar que a tensão e reação ao que nos é exposto no entorno comunitário, abre o caminho para subvertermos o curso da resignação, deixando formar reflexões e interpretações que resultam em criatividade, posicionamento político e ação.

A relação entre ócio e ambiente

Para entendermos a relação entre a experiência de ócio e a dimensão socioambiental, podemos depreender que a experiência é uma continuação da nossa própria vida e, sendo assim, é consciente e ativa, é altamente subjetiva e está relacionada aos sentimentos, percepções ou desejos (AMIGO, 2012). A experiência apresenta um caráter processual que preenche parte das nossas vidas através de um diálogo temporal entre presente, passado e futuro (CABEZA, 2010). Esta visão sobre o tempo condiz a um exercício da imaginação e da possibilidade de criação num tempo adequado à reflexão. Existem diversas possibilidades de manifestações do ócio e Cabeza (2000, 2006) destaca as vertentes do ócio solidário, lúdico, festivo, criativo, sustentável e ambiental como aquelas mais significativas na vida das pessoas. A dimensão ambiental do ócio é um exemplo de como estas manifestações se relacionam e são contextuais. O meio ambiente é um aspecto condicional para a experiência de ócio e de acordo com Cabeza:

é difícil explicar a realização de qualquer experiência de ócio separada do seu meio ambiente. O ambiente físico, social ou psicológico forma parte das nossas atividades lúdicas, culturais, esportivas, festivas ou comunitárias. Há vezes, no entanto, em que o contexto deixa de ser um aspecto complementar da

experiência e constitui seu núcleo, seu motivo central. Neste caso, estamos experienciando o ócio a partir da sua dimensão ambiental. Podemos dizer que a dimensão ambiental-ecológica do ócio é a satisfação desinteressada que se produz pelo encontro com o meio ambiente, sem que importe essencialmente a atividade que se produz (CABEZA, 2000, p. 125).

Este encontro com o meio ambiente pode ser representado pela contemplação à natureza e por um processo de percepção do sujeito sobre o entorno ambiental. O contato com a natureza em espaços públicos, e as possíveis experiências decorrentes, é um tema que possibilita a reflexão sobre o senso de comunidade e as suas consequências para os processos de mobilização, empoderamento e posicionamento político. Com o foco nos estudos de lazer, Sobczynski, Santana e Rechia (2022) defendem que o lazer também pode ser vivido como espaço e tempo para reflexões críticas, no sentido de exercícios de observação sobre o entorno local, o que pode incluir o olhar sobre a ausência ou presença de justiça social. Este argumento já foi referido por Rojek (2005) quando apresentou a relação direta entre o lazer e o desenvolvimento da cidadania ativa. A justiça social, sobretudo na atualidade, faz-se também através da justiça ambiental e dos direitos a ambientes saudáveis para a vida no planeta, pela qualidade de vida em todos os níveis (e a todos igualmente) e pelo direito dos sujeitos de exercitarem as suas próprias escolhas em relação aos seus modos de vida. Isto porque sabemos da influência das estruturas sociais e outras instâncias de poder que atuam inerentemente na vida social. O estudo de Borsari, Garrido e Gonzáles (2021) apresenta o argumento de que as experiências no contexto da relação entre agricultura, ecologia, lazer e sustentabilidade podem contribuir para uma aprendizagem transformadora, com vistas a aprimorar a compreensão sobre as questões ambientais e sua vinculação à ação comunitária.

A perspectiva trazida por estes estudos, no que concerne a relação entre o lazer, as experiências nos espaços públicos, as aprendizagens e o empoderamento coletivo, reforça a ideia de que o lazer vivido em contexto comunitário, pode ser catalisador de experiências de consciência ambiental. Podemos ainda pensar que, no conjunto das inúmeras possibilidades de atividades de lazer, aquelas que evocam a presença dos sujeitos na natureza, o contato com os recursos naturais e a partilha de sensações e valores com outros sujeitos podem também vir a ser uma experiência reflexiva e temporal que está para além da atividade. Ou seja, o impulso de participar da atividade de lazer aproxima-se da dimensão do ócio (reflexiva e menos focada na atividade em si) e dos níveis mais elevados do *to play* referido por Rojek (2005).

Podemos pensar ainda que uma visão integradora sobre o ambiente proporciona um olhar multirelacional sobre todos os âmbitos da vida (não só humana), o que reforça uma perspectiva sobre modos de vida sensíveis a todos que compõem a sociedade. Neste estudo, acreditamos que a visão integradora é um ponto de ligação entre o ambiente e a subjetividade no âmbito de iniciativas comunitárias ou ainda de experiências em espaços públicos, pois ela estimula um olhar solidário, sustentável e criativo. Desse modo, uma discussão contemporânea sobre ócio deve passar pela perspectiva da experiência e por esta conexão e conhecimento sobre a vida social.

Considerações Finais

Neste artigo, procuramos revisitar, ainda que de forma limitada, as vertentes predominantes do conceito de ócio, nomeadamente, os *leisure studies*, de origem

anglo-saxônica, e os *estudios de ocio*, de origem ibero-americana. Nos *leisures studies*, predominam os estudos sobre lazer, sendo que os estudos mais próximos da visão do ócio desenvolvida por autores ibero-americanos, situam-se no âmbito da psicologia social e positiva. Os *estudios de ocio* trabalham com uma diferenciação mais acentuada entre lazer e ócio e reforçam a importância dos contextos no desenvolvimento das experiências. Isto está diretamente ligado à relação que mantemos com o nosso próprio tempo, à qualidade de vida, à formação das identidades culturais, entre outros aspectos. Pela perspectiva dos Estudos Culturais, os *estudios de ocio* focam-se nas experiências dos sujeitos e sua apropriação do tempo, na visão integradora da vida social, na visão crítica diante das relações de poder e dos interesses políticos e econômicos. Como contribuição para uma discussão contemporânea sobre ócio, este artigo apresentou aspectos teóricos que auxiliam na reflexão sobre a experiência e a subjetivação como temas centrais para o conceito, bem como para a relação entre ócio e ambiente. Reconhecemos a impossibilidade de desenhar com precisão a experiência de ócio, visto que se situa no plano da subjetividade. Contudo, acreditamos que a Psicologia, a Sociologia e também o campo multidisciplinar dos Estudos Culturais, podem produzir discussões importantes na reflexão, problematização, análise e entendimento do papel social da experiência de ócio em diferentes contextos. Compreendemos que há a necessidade de reflexão sobre estes contextos e sobre o conjunto de percepções e modos de vida que diferem de modelos hegemônicos sustentados por discursos e estruturas sociais capitalistas. O ócio pode ser uma prática de resistência aos modos de vida ambientalmente não sustentáveis; pode ser

um meio de reconhecimento e formação de identidades culturais tanto quanto o trabalho; e deve ser refletido à luz de diversos contextos. O exercício da reflexividade pode ter uma função mediadora perante a tensão entre o modo de vida ambicionado pelo sujeito e o contexto cultural e socioambiental em que ele vive. O ócio faz parte do processo de subjetivação que situa o sujeito num lugar de desenvolvimento de saberes e de experiências voltadas à autonomia e a uma noção mais livre e empoderada do tempo. O processo de subjetivação, os saberes e significados produzidos a partir dele, podem formar uma visão integradora ou holística que culmina na consciência de que o ambiente é formado pelas pessoas e de que as pessoas formam o ambiente; e na constatação de que o ócio é uma prática cultural catalisadora do equilíbrio ambiental. Num sentido complementar, a visão integradora pode resultar também na abertura às experiências estéticas, contemplativas, lúdicas e criativas a partir da relação entre sujeito e ambiente.

Por fim, este tempo para o ócio precisa ainda ser discutido pela ótica das condições através das quais as pessoas conseguem ou não vivê-lo e dos eventuais usos do conceito que possam vir a reforçar atividades de consumo, em especial o turismo e o lazer. O estímulo excessivo ao consumo gera adesão a estilos de vida criados para reproduzir imagens e garantir interesses econômicos, em detrimento das consequências socioambientais que acarretam. Uma das principais contribuições deste estudo está na discussão sobre o conceito de ócio à luz de modos de vida ambientalmente sustentáveis, com mais significados e saúde para os sujeitos e também mais senso de comunidade e empoderamento pessoal e coletivo.

Referências

- AMATUZZI, Mauro Martins. A subjetividade e sua pesquisa. *Memorandum*, [s. l.], v. 10, p. 93-97, 2006. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a10/amatuzzi03.pdf>. Acesso em: nov. 2022.
- AMIGO, Jaime Cuenca. El ocio líquido. Un nuevo paradigma de experiencia. In: SÁNCHEZ, María Jesús Monteagudo (ed.). *La experiencia de ocio: una mirada científica desde los Estudios de Ocio*. Bilbao: Instituto de Estudios de Ocio, 2008. p. 17-41. Disponível em: <http://www.deusto-publicaciones.es/deusto/pdfs/ocio/ocio35.pdf>. Acesso em: mar. 2018.
- AMIGO, Jaime Cuenca. *El valor de la experiencia de ocio en la modernidad tardía génesis y condiciones de posibilidad*. Bilbao: Universidade de Deusto, 2012.
- BAPTISTA, Maria Manuel. Estudos de ócio e leisure studies – o atual debate filosófico, político e cultural". *RBEL – Revista Brasileira de Estudos do Lazer – Dossiê Lazer e Cultura*, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 20-29, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/517>. Acesso em: set. 2017.
- BAPTISTA, Maria Manuel. Um sistema sustentável precisa de ócio [entrevista a Maria Manuel Baptista]. *Revista Visão*, Lisboa, 28 set. 2015.
- BAPTISTA, Maria Manuel; LATIF, Larissa. Unproductive Leisure and Resented Work: A Brief Incursion in Hegel (and in Nietzsche). In: SPRACKLEN, Karl et al. (ed.). *The Palgrave Handbook of Leisure Theory*. Londres: Palgrave Macmillan UK, 2017. p. 339-354.
- BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BENJAMIN, Walter [1982]. *Libro de los pasages*. Madrid: Akal, 2005.
- BORSARI, Bruno; GARRIDO, Francisco Ugel; GONZÁLES, Edmundo. Systems Approach to Ecotourism, Leisure and Education in Panamá: A Case Study. In: LUBOWIECKI-VIKUK, Adrian et al. (ed.). *Handbook of Sustainable Development and Leisure Services*. [S. l.]: World Sustainability Series, Springer 2021. p. 257-271. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-59820-4_17. Acesso em: nov. 2022.
- BURKITT, Ian. Subjectivity, self and everyday life in the contemporary capitalism. *Subjectivity*, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 236-245, 2008. DOI: 10.1057/sub.2008.13.

- BYUNG-CHU, Han. *The burnout society*. Stanford: Stanford University Press, 2015.
- CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. *Creativity: flow and psychology of discovery an invention*. Nova York: Harper Collins, 1997.
- CABEZA, Manuel Cuenca. *Ocio y formación – hacia la equiparación de oportunidades mediante la educación de ocio*. Bilbao: Universidade de Deusto, 1999.
- CABEZA, Manuel Cuenca. *Ocio humanista dimensiones y manifestaciones actuales del ocio*. Bilbao: Instituto de estudios de ocio, 2000.
- CABEZA, Manuel Cuenca. *Aproximación multidisciplinar a los estudios de ocio*. Bilbao: Universidade de Deusto, 2006. Disponível em: <https://tinyurl.com/ycl33wb5>. Acesso em: mar. 2017.
- CABEZA, Manuel Cuenca. La apropiación espacial del ocio, una mirada desde el siglo XXI. In: LAZCANO, Idurre; DOISTUA, Joseba (ed.). *Espacio y experiencia de ocio: consolidación, transformación y virtualidad*. Bilbao: Instituto de Estudios de Ocio, 2010. p. 15-52.
- CABEZA, Manuel Cuenca. *Ocio valioso*. Bilbao: Instituto de Estudios de Ocio, 2014.
- DAHLGREN, Peter. The civic subject and Media-based Agency. In: DAHLGREN, Peter (ed.). *The political web: media, participation alternative democracy*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013. p. 133-151.
- DE MASI, Domenico. *O ócio criativo – Livro criado a partir da entrevista dada a Maria Serena Palieri*. Rio de Janeiro: Sexante, 2000.
- DOISTUA, Roberto. *Introducción a la Historia de los Estudios de Ocio en el siglo XX*. Cuadernos de Estudios de Ocio. Bilbao: Universidade de Deusto, 2006.
- ELLIOT, Anthony. *Concepts of self*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- FREITAS, Mário. Natureza, cultura, ambiente e desenvolvimento: um ensaio sobre a viabilidade de uma cultura (comum) da sustentabilidade. In: PARENTE, Temis; MAGALHÃES, Hilda (ed.). *Linguagens plurais: cultura e meio ambiente*. Bauru: Edusc, 2008. p. 13-40.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GÓMEZ, Arantza Arruti. Educación del ocio y espacio natural protegido: una combinación ideal en la que los valores ocupan un lugar primordial. In: ORTUZAR, Aurora; AMIGO, Jaime (eds.). *Los valores del ocio: cambio, choque e innovación*. Bilbao: Instituto de Estudios de Ocio, 2011. p. 217-239.
- GORZ, André. *Ecológica*. Madrid: Clave Intelectual, 2011.
- HALL, Stuart. Centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Revista Educação e Realidade*, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997. Disponível em: <https://tinyurl.com/y8dgq3qr>. Acesso em: mar. 2017.
- HEGEL, George [1941]. *A fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HUIZANGA, Johan. *Homo ludens*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- INCHAURRAGA, Zabala. Por un ocio posmoderno [no] violento. Interpretado desde la crisis y la hermenéutica de Gianni Vattimo. In: AMIGO, Jaime Cuenca; NEBREDÁ, Joseba Doistua (ed.). *OcioGune 2012: El Ocio Trans-formado[r]*. Resignificaciones y Tendencias del Ocio en Tiempos de Crisis. Bilbao: Universidade de Deusto, 2012. p. 257-270.
- ISO-AHOLA, Seppo. *Social psychological perspectives on leisure and recreation*. Springfield: Charles C. Thomas, 1980.
- JÚNIOR, Oswaldo Giacoia. Sim ao ócio ou “viva a preguiça”. In: NOVAES, Adauto (ed.). *Elogio à preguiça*. São Paulo: Edições SESCSP, 2012. p. 143-160.
- LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, [s. l.], n. 19, p. 20-28, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acesso em: mar. 2017.
- MAHEIRIE, Kátia. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. *Interações*, v. VII, n. 13, p. 31-44, 2002. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/inter/v7n13/v7n13a03.pdf>. Acesso em: nov. 2017.
- MARTINS, José Clerton de Oliveira. Ócio na contemporaneidade cansada. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, [São Paulo], volume único, p. 35-44, 2018.
- MARTINS, José Clerton de Oliveira; BRITO, Camile Gouveia; SOUZA, Zuleika Araújo. Ocio: un valor a ser retomado por la sociedad contemporánea. In: AMAIA, Makua; YOLANDA, Lázaro (ed.). *OcioGune 2010 – Ocio y valores: un horizonte de cambio, choque e innovación*. Bilbao: Instituto de Estudios de Ocio, 2010. p. 93-100.
- MARTINS, José Clerton de Oliveira et al. Restrições ao lazer e seus impactos na saúde mental de idosos no isolamento social:

apreensões a partir de um estudo psicossociológico brasileiro. *Revista Kairós Gerontologia*, [São Paulo], v. 24, p. 43-63, 2021.

NEULINGER, John. *The psychology of leisure*. Springfield: Charles C. Thomas, 1981.

NOVAES, Adauto. As aventuras de uma palavra maldita. In: NOVAES, Adauto (ed.). *Elogio à preguiça*. São Paulo: Edições SESCSP, 2012. p. 11-27.

NAÇÕES UNIDAS – ONU. *The Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) Report 2021*. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2021/02/1084132>. Acesso em: 30 nov. 2021.

RHODEN, Ieda. O ócio como experiência subjetiva: contribuições da psicologia do ócio. *Mal-Estar e Subjetividade*, [Fortaleza], n. 4, p. 1233-1250, 2009.

ROJEK, Chris. *Decentering leisure: rethinking leisure theory*. Londres: Sage Publications, 1995.

ROUANET, Sergio Paulo. Ociosidade e ócio no pensamento da ilustração. In: NOVAES, Adauto (ed.). *Elogio à preguiça*. São Paulo: Edições SESCSP, 2012. p. 161-174.

SEWELL JR., William. A theory of structure: duality, agency, and transformation. *American Journal of Sociology*, [s. l.], v. 98, n. 1, p. 1-29, 1992. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2781191>. Acesso em: mar. 2017

SOBCZYNSKI, Gonçalves Felipe; SANTANA, Daniella Tschoke; RECHIA, Simone. Sustainable Village Project: the importance of leisure and public space for collective organization. *Leisure Studies*, [s. l.], p. 1-16, 2022. DOI: 10.1080/02614367.2022.2121414.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

VARGAS, Tatiana Lopes. *Ócio e ambiente: subjetividades e práticas na iniciativa comunitária Aveiro em Transição*. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Culturais) – Universidades de Aveiro e Minho, Braga, Portugal, 2018.

VENN, Couze. *The postcolonial challenge: towards alternative worlds*. Londres: Sage, 2006.

WOLFF, Francis. Apologia grega à preguiça. In: NOVAES, Adauto (ed.). *Elogio à preguiça*. São Paulo: Edições SESCSP, 2012. p. 29-49.